

## **UMA PERSPECTIVA SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO BRASIL: Estudo qualitativo realizado através de pesquisa-ação em escola em Sobradinho-DF, Brasil.**

Jefferson Alexandre Prado e Souza<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Trata-se de um estudo qualitativo realizado através de pesquisa-ação em escola em Sobradinho-DF, com o intuito de promover o ensino da cultura afrodescendente a partir de ações educacionais. Respalda-se na estratégia de empoderamento social, do ensino da cultura afrodescendente nas escolas brasileiras, garantido pela Lei 10.639/03. Tendo como objetivo refletir, em ambiente de ensino, sobre a memória cultural brasileira, com foco na identidade e na afrodescendência como estratégia de superação dos impasses e das desigualdades impostas à pessoa negra e seus descendentes. Como resultados, promoveu-se o ensino da cultura afrodescendente, a partir de ações educacionais, identificando estratégias de reconstrução da autoestima e da autonomia da comunidade negra utilizadas no ambiente escolar; combatendo a inferiorização, a marginalização e a infantilização, presentes neste ambiente durante a interpretação da Afro-brasilidade. O reconhecimento da África como uma das matrizes formadoras do povo brasileiro, se ampliou e gerou diferentes produtos materiais e intelectuais que atestam o quanto a referida lei se faz necessária na construção de uma sociedade que compreende suas raízes e respeita a sua diversidade.

**Palavras-Chave:** Ensino de História; História Afro-brasileira; Pesquisa-ação.

### **INTRODUÇÃO - SENTIR**

O espaço escolar é o ambiente mais propício à construção das relações sociais, não apenas àquelas baseadas na aquisição do conhecimento, mas, principalmente, as relações de identidade, valores e afetos. É na escola que compreendemos parte fundamental da humanidade, sem perdermos de vista quem somos, garantindo o reconhecimento identitário, e dando espaço aos outros aspectos de uma sociedade, através da formação estudantil, profissional e cidadã.

Como estratégia de empoderamento social, o ensino da cultura afrodescendente nas escolas brasileiras é garantido pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003) e encontra-se presente nos currículos oficiais das redes de ensino, geralmente, intitulada em componentes curriculares denominados de História e Cultura Afro-brasileira. A iniciativa faz parte das estratégias de reconstrução da autoestima e da autonomia da comunidade negra afrodescendente, bem como das ações afirmativas, que

---

<sup>1</sup> Mestrando em História na Universidade do Minho, Braga – Portugal.  
E-mail: [jefferson375@gmail.com](mailto:jefferson375@gmail.com).

visam reparações históricas, corroborando com as medidas de enfrentamento propostas por Domingues (2005):

[...] Para corrigir essa deficiência do sistema racial são necessárias também políticas públicas específicas (ou diferencialistas) em benefício da população negra, ou seja, programas sociais que adotem um recorte racial na sua aplicação, e que são denominadas ações afirmativas. Os problemas específicos dos grupos que historicamente sofreram (e sofrem) discriminação negativa (como negros, mulheres, *gays*, entre outros) se resolvem combinando medidas gerais e específicas. Portanto, a discriminação contra o negro deve ser enfrentada, igualmente, com ações anti-racistas. [...] (DOMINGUES, 2005, p. 171).

Alicerçada nas contribuições culturais europeias, indígenas e africanas, a cultura brasileira reconhece a necessidade de contemplar em seu sistema escolar, com o devido equilíbrio, essas três matrizes fundamentais. A partir da Lei 10.639 (BRASIL, 2003), assumimos a meta de efetivar suas prerrogativas como parte importante à construção de uma brasilidade empoderada e, conseqüentemente, mais igualitária. A referida Lei fomenta o conhecimento e o necessário reconhecimento de uma pluralidade humana. Essa diversidade é fundamental na construção no mundo social (BARROS, 2018).

[...] Podemos admitir que a ocorrência de diferenças no mundo social está atrelada à própria diversidade que integra o conjunto dos seres humanos, seja no que se refere a características pessoais (sexo, idade), seja no que se refere a questões externas (pertencimento por nascimento a essa ou àquela localidade, ou cidadania vinculada a esse ou àquele país, por exemplo). É possível prever que sempre existirão homens e mulheres, diversas variações étnicas, indivíduos de várias faixas etárias, bem como profissões as mais diversas. Em contrapartida, se as diferenças são inevitáveis e desejáveis, podemos sonhar que um dia elas serão tratadas socialmente com menos desigualdade. Por isso, as lutas sociais não se orientam em geral para abolir as diferenças, mas sim para abolir ou minimizar as desigualdades, [...] (BARROS, 2018, p. 8-9).

Compreender a diversidade cultural, como inevitável e desejável (BARROS, 2018), associando-a aos impositivos da crescente globalização, exige a permanente rearticulação das ações educacionais e aponta, como caminho eminente, revisitar a africanidade presente em nossa cultura como um exercício de atitudes e expressão de valores. Combater a inferiorização, a marginalização e a infantilização, presentes na interpretação da nossa Afro-brasilidade, são objetivos intrínsecos da aplicabilidade desta Lei, assim como o fomento à desconstrução permanente do preconceito étnico e o fortalecimento da valorização das nossas matrizes culturais.

Diante de tais premissas, este estudo visa compartilhar ações educacionais, previstas na Lei 10.639 (BRASIL, 2003), a partir de abordagens teóricas prévias e com culminância vivencial ofertadas não apenas aos estudantes envolvidos, mas, principalmente, a toda a comunidade escolar local. Para tanto, foram promovidas atividades com temas relevantes ao combate de preconceitos e ao fomento cultural, a

partir da fruição de manifestações artísticas que proporcionaram reflexão crítica da realidade e afirmação positiva dos valores culturais pertencentes a nossa sociedade.

Nesta perspectiva, construiu-se questões que nortearam este trabalho: Como promover o ensino da cultura afrodescendente nas escolas brasileiras, a partir de ações educacionais? Quais estratégias de reconstrução da autoestima e da autonomia da comunidade negra afrodescendente são utilizadas no ambiente escolar? Como combater a inferiorização, a marginalização e a infantilização presentes no ambiente escolar durante a interpretação da nossa Afro-brasilidade?

## **OBJETIVOS - IMAGINAR**

**Objetivo Geral:** Refletir em ambiente de ensino sobre a memória cultural brasileira, com foco na identidade e na Afrodescendência como estratégia de superação dos impasses e das desigualdades impostas a pessoa negra e seus descendentes.

**Objetivos Específicos:** Promover a integração da memória cultural brasileira; fomentar a importância de reconhecer a identidade afro-brasileira da pessoa negra e de seus descendentes; superar os impasses e desigualdades de gênero, no universo afro-brasileiro, através de proposta lúdica; estimular o fortalecimento das relações étnico raciais na escola e na comunidade; promover a criatividade poética e a afetividade no espaço escolar, com foco à cultura afro-brasileira.

## **METODOLOGIA - FAZER I**

Trata-se de uma pesquisa-ação, que utiliza da abordagem qualitativa para análise dos dados. A pesquisa-ação possibilita aos sujeitos da pesquisa, participantes e pesquisadores, os meios para responderem aos problemas vivenciados com maior eficiência e com base em uma ação transformadora da realidade. Facilita a busca de soluções de problemas por parte dos participantes, aspecto em que a pesquisa convencional tem pouco alcançado (THIOLLENT, 2011).

Esse método permite ao profissional docente compor o corpo de atores do estudo em conjunto com todos os participantes, utilizando saberes acadêmicos, empíricos e populares, onde o protagonismo da ação é de todos. A abordagem da pesquisa-ação crítica, com práticas coletivas e transdisciplinares, potencializa e ressignifica a educação crítico-reflexiva. Tal qual como proposto por Franco (2005), colocando os conteúdos curriculares na prática da vida cotidiana da comunidade escolar, trabalhando com

questões práticas, com a valorização da construção cognitiva e por meio de soluções coletivas.

Se essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica (FRANCO, 2005, p. 485).

Quando o processo de construção e fruição do conhecimento é protagonizado pelos participantes dos projetos educacionais, respeitando a historicidade de cada um, eles saem da generalização, fogem do academicismo frio, colocam a ciência na prática da vida, a partir de questões que são levantadas ao longo do processo, observando e respeitando as particularidades dos envolvidos, dando um significado pessoal. Nesta protagonização, cada resultado coletivo obtido também é individual, trazendo assim um conhecimento efetivo e verdadeiro, como alerta Freire (1983, p. 27):

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Nesta perspectiva, foi feito um levantamento inicial juntamente com os alunos e alunas, sobre o conhecimento prévio dos assuntos que seriam tratados, as ações que seriam executadas no processo, as pessoas que seriam convidadas para participar das ações, o cronograma e os objetivos que esperamos alcançar, bem como a bibliografia e os autores que conheciam sobre as temática e posteriormente uma pesquisa para elencar novos autores e referências, nesta premissa utilizando o diagrama de Tripp (2005).

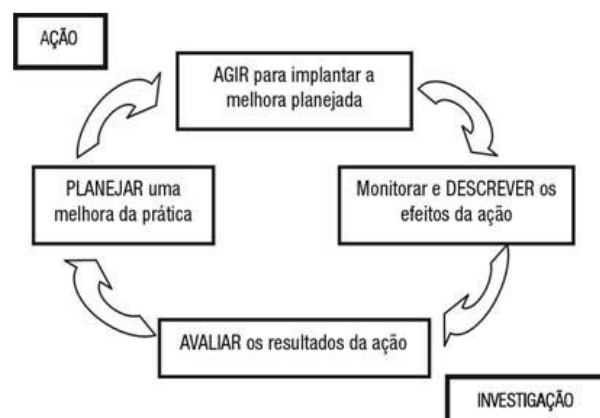


Diagrama: Representação em quatro fases do ciclo básico investigação-ação - Fonte: TRIPP, p. 46, 2005.

Dentro da concepção de Tripp (2005), os alunos e alunas adequaram os verbos escolhidos para ação/investigação: o PLANEJAR seria o *Sentir*, seguido pelo *Imaginar*,

o AGIR seria o *Fazer I*, o DESCREVER seria o *Fazer II*, o AVALIAR seria o *Compartilhar*, onde durante todo o processo por meio de rodas de conversar, debates, e redes sociais eles compartilhariam ideias, produtos, soluções e problemáticas encontradas no processo. Sendo um método cíclico, poderiam e deveriam ser avaliados, regulados, medidos e adaptados no seu transcurso, assim voltávamos a sentir, imaginar e agir.

O projeto foi desenvolvido no centro de ensino CENEL COC, em Sobradinho-DF, no segundo semestre de 2014 e primeiro de 2015, com características interdisciplinares, envolvendo conteúdos de História, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa e Artes. Teve como público participante discentes das Séries Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Comunidade Escolar, além de seus proponentes pesquisadores. Ao longo das etapas, o projeto promoveu aulas discursivas e dialogadas que permitiram profundas reflexões e produziram diversificadas intervenções, entre elas: Murais Temáticos, Atividades Lúdicas, Produção de Fanzine e Cartazes, Diálogos África/Brasil, Cine Debates, Debate temático, Oficinas Artísticas, Intervalo Cultural e Apresentação Cultural Temática.

## **ATIVIDADES – FAZER II**

As atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa-ação crítica realizada podem ser percebidas através dos registros de execução prática e teórica, armazenados em arquivos digitais e impressos produzidos pelos participantes que registraram o desenvolvimento das ações, sistematizadas a seguir.

**Atividade Lúdica** - Executada na disciplina de Artes juntamente aos alunos e alunas das turmas A e B do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, na proposta da atividade lúdica foram confeccionadas “Máscaras Africanas”, com o intuito de produzir uma terapêutica de autorreconhecimento identitário. Com a produção das máscaras, os estudantes impregnam características pessoais e reconhecem as peculiaridades da matriz africana, provocando o encontro entre a cultura brasileira e africana, identificando a africanidade no Brasil e em seu contexto social.

O lúdico se caracteriza enquanto recurso indispensável para qualquer fase da educação escolar. Para tanto, é preciso considerar todas as atividades que contribuem para o desenvolvimento do educando e fazer dessa ferramenta pedagógica um elo entre ensino e aprendizagem (CASTILHO; TONUS, 2008).

Ao desenvolver as máscaras, com uso de papel machê, por meio da curiosidade aguçada os estudantes desenvolvem pesquisas, buscam materiais apropriados, exercitam

a capacidade crítico-reflexiva e produzem, coletivamente, máscaras criativas e representativas da cultura estudada. A utilização de cores, formas, imagens e representações imprimem conhecimento teórico-prático sobre a diversidade cultural e o reconhecimento da cultura africana na sociedade brasileira. O reconhecimento identitário e o respeito à diversidade são resultados desta atividade.

**Mural Temático** - Denominado “Todos os Tons” foi executado na disciplina de Língua Portuguesa com o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Objetivou, por meio da produção coletiva, o enaltecimento das personalidades negras na cultura brasileira.

Piastuch et al (2008) definem um jornal mural temático como um veículo de comunicação interna que tem como características a praticidade e a objetividade em suas publicações. Nesta perspectiva, o mural temático “Todos os Tons” informa à comunidade escolar a pesquisa realizada pelos alunos, sob orientação docente, com o intuito de disseminar o conhecimento das personalidades negras por estes estudadas. O resultado deste empreendimento pode ser visitado no cotidiano escolar, além da aquisição de conhecimento individual e coletivo apreendido com as pesquisas desenvolvidas.

**Aulas Expositivas e Dialogadas** - Foram desenvolvidas com as temáticas: A Chegada no Negro no Brasil e sua Influência Cultural; Produção Artística e Cultural do Afrodescendente na Contemporaneidade; Aspectos comparativos entre a escravidão na antiguidade, escravidão moderna e situações análogas à escravidão na contemporaneidade; Processo de Colonização e Escravidão nas Américas; O Negro na 2ª Guerra Mundial – análise comparativa entre os países participantes.

Executadas na grade normal de aulas e desenvolvidas nas disciplinas de História, Filosofia e Sociologia nas turmas do Ensino Fundamental e Médio. Objetivaram contextualizar as origens afrodescendentes, suas influências culturais através da música e abordagens teórico-prática como forma de reconhecimento e autorreconhecimento identitário e cumprimento das novas diretrizes nacionais do Governo Federal brasileiro, instituídas no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva<sup>2</sup>.

As exposições dialogadas, realizadas através de aulas com abordagens metodológicas inovadoras, como: sala de aula invertida, roda de conversa, debates, TBL,

---

<sup>2</sup> As principais políticas públicas de âmbito federal com recorte racial na educação estão organizadas tanto no eixo do reconhecimento identitário como no redistributivo. [...] Entre elas, destacam-se a Lei 10.639 (assinada pelo presidente Lula logo no início de seu mandato, alterando a Lei 9.394/1996), que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", o Prouni (Programa Universidade Para Todos) e o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas. [...] (LIMA, 2010, p.86 - 87).

gincanas, seminários etc. Utilizando o material didático para o Ensino Fundamental e Médio - Rede COC, slides, vídeos, clipes e músicas, com uso de dispositivos audiovisuais, demonstraram resultados positivos da percepção dos coletivos sobre os temas e suas contribuições para a ressignificação de concepções, seguindo as normativas da legislação federal.

Pode-se destacar três legislações vigentes, que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa-ação as quais fundamentam e legitimam as ações desenvolvidas na implementação do estudo:

**(1) Lei 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB (Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Educação Paulo Renato Souza)<sup>3</sup>.

**(2) Lei Nº 10.639** (Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Educação Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque)<sup>4</sup>.

**(3) Parágrafo 1 do artigo 26-A da lei 11.645/08** (Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro da Educação Fernando Haddad)<sup>5</sup>.

As exposições dialogadas possibilitaram compartilhar métodos de ensino-aprendizagem, incentivaram a participação dos atores envolvidos e permitiram acumular conhecimento teórico/prático.

**Fanzines** - É um recurso pedagógico utilizado para o trabalho junto aos jovens. Tal recurso pedagógico passa por três importantes aspectos que pode proporcionar àqueles que se envolvem com sua elaboração e confecção: a) a discussão crítica sobre aspectos gerais da sociedade; b) a expressão livre de ideias, sem cobranças ou censura; c)

---

<sup>3</sup> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). [...] (BRASIL, 1996.).

<sup>4</sup> Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

[...] Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

<sup>5</sup> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

a satisfação pessoal de produzir e publicar algo de sua autoria (LOPEZ; BORBA; MONZELI, 2013).

Desenvolvidos com o tema Afrodescendência e Exclusão Social – através da Disciplina de Sociologia, com a 2ª Série do Ensino Médio, os Fanzines devem ter relação direta com a obra textual de contextualização indicativa para o PAS-UnB<sup>6</sup>, Jovens que evaporam<sup>7</sup>. Ministrada na disciplina de Sociologia.

Com a exploração destes três aspectos foi possível observar a participação e autoria frente ao material informativo produzido pelos alunos e alunas da primeira etapa do ensino médio. Desperta-se com esta ação a capacidade criativa, a auto-gestão do conhecimento e do tempo de execução da tarefa, bem como a representatividade cultural e identitária com o produto desenvolvido.

**Mini Cartazes** - Com a temática “Importância do Negro na construção do País” – desenvolvidos na Disciplina de História com a 1ª Série do Ensino Médio, esta atividade foi peculiar ao ser ministrada pelos alunos da 3ª Série do Ensino Médio, desenvolvendo a capacidade pedagógica dos mesmos.

Os Cartazes produzidos compuseram uma exposição temporal nas dependências da escola. Sua análise discorre do apreço às diferenças e diversidades, do debate sobre racismo e preconceito, da busca pela igualdade e respeito. São produtos motivadores da mudança de compreensão social proposta pelo projeto.

**Cartas para Angola** - Exibição do documentário Cartas para Angola<sup>8</sup>, seguido de debate sobre o tema e troca de cartas com alunos e alunas angolanos, desenvolvido pela Disciplina de História por alunos e alunas da 2ª Série do Ensino Médio. Este subprojeto produziu o diálogo por correspondência entre brasileiros e angolanos em um processo de reconhecimento identitário e histórico, identificando similaridades e disparidades cotidianas entre as duas nações. Conhecer o processo histórico/social formador da nossa sociedade é fundamental para o empoderamento social brasileiro e angolano.

Liberato (2012) apresenta ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), do Centro de Estudos Africanos, estudo sobre estudantes Angolanos em Portugal e no Brasil.

---

<sup>6</sup> O Programa de Avaliação Seriada (PAS) é uma modalidade de ingresso à Universidade de Brasília para possibilitar o acesso dos estudantes do ensino médio de forma gradual e progressiva. O PAS é dividido em três etapas correspondentes aos três anos do ensino médio regular.

<sup>7</sup> Artigo da Revista Darcy: n° 7 ago/set/2011 -<https://issuu.com/revistadarcy/docs/darcy07>.

<sup>8</sup> Documentário Brasileiro; Direção: Coraci Ruiz, Julio Matos – 2011.

Nos trechos das entrevistas transcritas, podemos constatar algumas similaridades entre Angola e Brasil encontradas pelos estudantes que migravam para o país sul-americano:

[...] "foi um choque pois aquela simpatia do brasileiro é só na televisão, na realidade não é nada assim" (G3 - sexo feminino, 22 anos, licenciada em Gestão de Empresas). Houve igualmente quem esperasse encontrar no Brasil uma situação social melhor do que a que se vivia em Angola, mas "afinal o Brasil também tinha pobreza, e muita, miúdos famintos a pedir na rua, favelas" (G3 - sexo feminino, 22 anos, licenciada em Sociologia). O mesmo quanto à situação política e a qualidade da democracia, "também no Brasil existe uma elite que manda no resto da população" (G3 - sexo feminino, 23 anos, licenciada em Arquitetura) (LIBERATO, 2012, p. 124-125).

**Oficina de Bonecas Abayomi** - Nesta atividade, foram participantes os discentes do Fundamental II e Ensino Médio, em horários alternados, ministrada pela Arte Educadora Andrea Prado<sup>9</sup>. Abayomi<sup>10</sup> são pequenas bonecas negras, feitas de pano e sem costura alguma, utilizam-se nó ou tranças. Ofertar uma Abayomi é como oferecer ao outro o que se tem de melhor, algo que carregue nossas melhores qualidades. Dar uma boneca Abayomi é um ato de nobreza, é dar a uma pessoa querida aquilo de melhor que temos a oferecer, então se as mães negras ofereciam a boneca em sinal de amor, carinho, consolo, arrancando pedaços de suas roupas. Imagine quão nobres eram os sentimentos dessas mães. A Oficina Vivencial constrói uma trama, encruzilhando história e arte, trabalhando memória, ancestralidade, resgate da cultura, construção identitária, autoconhecimento e empoderamento.

[...] as Abayomi, não são simples exterioridades. As pessoas, e, neste caso específico, as mulheres negras, fazem arte para se construir e reconstruir lembranças, autoestima e identidade. O objeto e a pessoa se fazem reciprocamente. Os nós de que são feitas as bonecas atam o grupo de mulheres negras, e estas a outras mulheres e quem mais deseja partilhar as vivências promovidas. O mesmo ocorre com as crianças que recebem e partilham o saber, o fazer, o contar, o estar junto. Os nós são resultados da ação das mãos, das palavras, da identificação social, de gênero e da ancestralidade (GOMES; BIZARRIA; COLLET; et al., p.256, 2017).

**Bate-papo Temático e Apresentação Áudio Visual** - "O Negro brasileiro e sua Trajetória Social: das Caravelas às dos jornais" foi tema eleito para o primeiro bate-papo

---

<sup>9</sup> Arte educadora, licenciada pela Universidade Federal de Goiás e Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

<sup>10</sup> [...] a boneca Abayomi (palavra que por definição tem origem iorubá, e costuma a ser uma boneca negra, significando aquele que traz, felicidade ou alegria, também significa encontro precioso: abay-encontro e omi-precioso); O nome serve para meninos e meninas, indistintamente) de grande importância histórica, sua origem mais difundida remonta da época dos navios negreiros, onde mães acompanhadas de seus filhos pequenos faziam longas travessias ao serem escravizados na África, com destino ao Brasil, durante essas viagens seus filhos ficavam muito inquietos e no intuito de acalmá-los as mães rasgavam retalhos de suas roupas e confeccionavam bonecas, estas feitas apenas com nós e tranças e sem traços fisionômicos a fim de representar todas as etnias africanas. (RIBAS; KNAUT; DAVID, 2015, p. s/n).

temático e exposição de áudio visual. Participaram alunos e alunas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ministrado na disciplina de História.

Uma narrativa histórica, musical, visual da transformação e do empoderamento da cultura e da sociedade negra - com participação Virtual do Ator Vinícius Romão<sup>11</sup>, que foi preso “por engano” pela polícia do Rio de Janeiro, no Brasil no ano de 2014. Depois de 16 dias sob custódia do estado o Ministério Público é determinado a sua soltura e depois a suspensão do processo pelo Tribunal de Justiça<sup>12</sup>.

No vídeo, exibido durante a atividade, o ator fala sobre o fato de ser preso por ser negro, ser confundido com o possível assaltante, o fato da sociedade ver o negro como ameaça, da generalização social, onde todo negro é igual. Fala ainda sobre caráter, da importância de se ter amigos, pois foi a mobilização deles que atraiu a atenção da mídia, o que forçou uma investigação mais rápida levando a sua soltura e da importância social e história do dia vinte de novembro para a população brasileira. Após sua soltura, o ator recebeu o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro<sup>13</sup>, como forma de reparação social.

O segundo bate-papo temático e exposição de áudio visual foi realizado com o tema “O sistema de Cotas nas Universidades Brasileiras”. Participaram alunos e alunas do 9º ano e do Ensino médio, e comunidade escolar, Fernando Benício dos Santos<sup>14</sup> - ONG Educafro<sup>15</sup>; mediado pela coordenadora pedagógica Ana Caroline Melo da Costa Rocha, e pelo professor Jefferson Alexandre.

---

<sup>11</sup> [...]No dia 10 de fevereiro, de 2014 a copeira Dalva Moreira da Costa foi assaltada em um ponto de ônibus, no Méier, por um homem negro, com cabelo estilo black power. Após ser ajudada por um policial, ela se deparou com o ator a poucos metros do local do assalto e o reconheceu como o criminoso. [...] Matéria completa em [https://www.purepeople.com.br/noticia/ator-de-lado-a-lado-vinicius-romao-e-solto-no-rio-apos-prisao-polemica\\_a16780/1](https://www.purepeople.com.br/noticia/ator-de-lado-a-lado-vinicius-romao-e-solto-no-rio-apos-prisao-polemica_a16780/1), acesso em 08 de dezembro de 2019.

<sup>12</sup> [...]Depois de a vítima ter reconhecido o equívoco, a 33ª Vara Criminal do Rio de Janeiro atendeu o Ministério Público estadual que pedia o arquivamento do caso. "A vítima retratou-se quanto ao reconhecimento procedido, aduzindo que teve dúvidas acerca da autoria do delito e admitindo a possibilidade de ter se equivocado", diz trecho da decisão do Tribunal de Justiça, divulgada em nota. Com base nesse novo elemento, a sentença alega que não haveria causa para o exercício da ação penal (JUSBRASIL, 2014).

<sup>13</sup> A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro a VINICIUS ROMÃO DE SOUZA pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro. [...] Rio de Janeiro, em 22 de maio de 2014. Resolução 1074 2014 | Resolução nº. 1074, de 2014 do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Jusbrasil, disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/120012578/resolucao-1074-2014-rio-de-janeiro-rj>>, acesso em: 8 dez. 2019.

<sup>14</sup> Fernando Benício dos Santos, representante da Educação de Afrodescendentes – Educafro

<sup>15</sup> A Educafro afirma ter a missão de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos, através do serviço de seus voluntários/as nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da sua Sede Nacional, em forma de mutirão. No conjunto de suas atividades, a Educafro luta para que o Estado cumpra suas obrigações, através

Mesmo após anos de implementação da lei de cotas nas universidades públicas brasileira, o debate ainda é muito amplo. No momento de execução do projeto, a Lei já constava com quase cinco anos e a maioria do alunado ainda desconhecia a referida Lei. Quer seja por preconceito ou desconhecimento, muitos equívocos foram aceitos e comprados pela sociedade. Entre eles, afirmar que a Lei nasce para facilitar a vida de negro; que é uma Lei protecionista, que não afere meritocracia, entre outras afirmações hostis e racistas. Por isso, as primeiras falas foram sobre Ações Afirmativas<sup>16</sup>, esclarecendo dúvidas, e provocando o debate do tema. Outro ponto desenvolvido foi explicar o processo de equiparação social histórica da Lei (...) e falar das ações da referida ONG. Por último, uma questão que sempre entra na pauta quando o assunto são cotas, e que foi amplamente debatida, trata da falácia de que o sistema de cotas possibilita o ingresso na universidade de alunos despreparados, produzindo queda no nível acadêmico e científico da universidade. Este argumento fora desconstruído e a democratização do acesso emergiu em seu lugar. Fazer da universidade um lugar para todos e melhorar a qualidade de vida da população deveria ser meta de todos os governos.

Pode-se destacar os artigos da legislação vigente:

**(1) Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012** (Governo da presidenta da República Dilma Rousseff e do Aloizio Mercadante como Ministro da Educação)<sup>17</sup>.

**Cine Debate – Filme: 12 anos de escravidão** - Com a temática *Considerações sobre a Escravidão Norte Americana e suas similaridades com o processo escravagista brasileiro*, foi executado na disciplina de História, junto com alunos e alunas do 9º ano e Ensino Médio. A atividade articula uma participação efetiva dos discentes, ela dá acesso a ‘voz’. Poder falar e usar as situações cinematográficas como recurso pedagógico permite uma imersão no tema e ajuda no processo de destravamento do conteúdo. A

---

de políticas públicas e ações afirmativas na educação, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação. <https://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/> > acesso em 09 de dez de 20109.

<sup>16</sup> Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. - O GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa) é um núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ. - Brasil.

<sup>17</sup> PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1o As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. [...]. (BRASIL, 2012).

educação sempre ganha quando as luzes estão para o aluno e não para o professor, Paulo Freire (2005) em seu livro *Pedagogia do Oprimido* já falava sobre o assunto:

Somente na comunicação tem sentido à vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes impostos. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos, de uma realidade. (FREIRE, 2005, p. 74).

Trabalhar com recursos digitais auxilia no processo de aproximação entre professores e estudantes, permite uma troca de repertório e conhecimento, visto que as produções podem ser escolhidas pelo grupo e não só pelo educador. Além de ser uma ótima forma de trabalhar a criticidade e a reflexão sobre o mundo (CARNEIRO, 2003).

As escolas devem incentivar que se use vídeo como função expressiva dos alunos, complementando o processo ensino-aprendizagem da linguagem audiovisual e como exercício intelectual e de cidadania necessário em sociedades que fazem uso intensivo dos meios de comunicação, a fim de que sejam utilizados crítica e criativamente (CARNEIRO, 2003, p.10).

Esta atividade obteve êxito ao desenvolver a capacidade crítica frente a mensagem transmitida pelo recurso audiovisual do filme. Utilizar meios de comunicação modernos que dialogam com as expectativas dos educandos é inovador e necessário o exercício docente da atualidade.

**Oficina Pedagógica de Capoeira** - A Oficina Pedagógica de Capoeira foi realizada pelo Mestre Bilú e o Grupo “União da Capoeira”, como atividade de encerramento do ciclo de atividade proposto pelo projeto que buscou desenvolver uma perspectiva sobre o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no Brasil.

A capoeira encerra este projeto enquanto prática ancestral de matriz africana capaz de demonstrar a luta e resistência do negro escravizado<sup>18</sup>.

Com a atividade de encerramento, os estudantes da escola puderam observar na prática os preceitos da resistência do povo africano frente à escravidão e exclusão social. Uma atividade imersiva para a conclusão das atividades do projeto, demonstra resistência e força, integração e coletividade, trabalho em equipe e contribuição individual para o desenvolvimento conjunto da ação. A escola e sua comunidade escolar participaram e acolheram os mestres que compartilharam e disseminaram a cultura da capoeira, materializando o ensino da cultura africana no Brasil.

---

<sup>18</sup> Herdeira da diáspora africana no Brasil, a capoeira foi uma resposta marcante e duradoura dada pelo negro ao sistema escravagista, cruel e desumano, imposto pelo colonizador europeu. Portanto, uma prática ancestral que se originou nas senzalas, fruto da luta do fraco contra o mais forte, em que a astúcia era uma das únicas armas para enfrentar a força do opressor, tornando-se uma das mais importantes manifestações da cultura de resistência do negro escravizado no Brasil Colonial (AMARAL; SANTOS, 2015, p. 56-57).

## CONSIDERAÇÕES – COMPARTILHAR

O presente estudo sinalizou para os aspectos da educação inclusiva e emancipatória, preservando a cultura do afrodescendente que foi escravizado no Brasil e resistiu através de sua sapiência. Disseminar a cultura afro no âmbito escolar fala da ruptura de paradigmas e estigmas, valorizando práticas ancestrais e potencializando a valorização da diversidade cultural do nosso país.

As atividades desenvolvidas por força da execução do projeto se tornaram experiências vivenciais, oportunizando reflexões sobre a formação da cultura brasileira, experimentações estéticas, ressignificação histórica e empoderamento. A compreensão de que mobilizar a comunidade escolar em torno de um tema vai além da promoção de atividades e culminâncias, fomentou a necessidade de tornar significativas todas as propostas executadas.

O objetivo maior, mediar experiências que implicassem no reconhecimento da África como uma das matrizes formadoras do povo brasileiro, a partir do contexto metodológico escolar, se ampliou e gerou diferentes produtos materiais e intelectuais que atestam o quanto a Lei se faz necessária na construção de uma sociedade que aceita suas raízes e respeita a sua diversidade.

A temporalidade da experiência, realizada entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro de 2015, somadas as reflexões do processo transcorrido de formação pedagógica docente do pesquisador, com ingresso no mestrado em 2019, fazem da mesma uma pesquisa atual, teórica e cientificamente fundamentada. Desenvolver a oportunidade de compartilhar estes achados teórico-práticos, no primeiro semestre do ingresso no curso, permitem ao pesquisador a valorização da prática pedagógica, enquanto professor do ensino de história, ávido por transmutar-se pesquisador.

Corroborando com as considerações de uma perspectiva sobre o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no Brasil, destaco, ainda como contribuição ao referencial teórico previamente exposto, a fala de Marielle Franco<sup>19</sup>.

[...] E só se promove igualdade através de uma educação consciente e do debate com nossas crianças, para que se tornem adultos melhores. Por isso, como parlamentares responsáveis pelas cidadãs e cidadãos dessa cidade, devemos defender o debate na educação! Se é da escola que nasce o espaço público que

---

<sup>19</sup> Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. (descrição do Site Oficial de Mariele Franco. <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>).

queremos, é indispensável que se fale de igualdade de gênero sim! Que se fale de sexualidade, de respeito, de laicidade, de racismo, de LGBTfobia, de machismo. Pois falar sobre estes temas é se comprometer com a vida, em suas múltiplas manifestações. É se comprometer com o combate à violência e a desigualdade! [...] (FRANCO, 2018, p. s/n).

No transcurso de seu mandato como vereadora do Estado do Rio de Janeiro, suas pautas foram de igualdade, justiça e Direitos Humanos. Marielle Franco foi uma militante pelo direito à vida. Acima, no trecho de seu último discurso, que não pode ser pronunciado, pois ela já havia sido calada/assassinada, esta mulher-negra-militante-ativista, mestre em administração no ano de 2014 pela Universidade Federal Fluminense, requer a defesa da educação e o apoderar-se dos temas aqui defendidos, nesta análise de pesquisa-ação crítica do ensino de história e do desenvolvimento da africanidade em ambiente escolar brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira do; SANTOS, Valdenor Silva dos. **Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania.** *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online]. 2015, n.62, pp.54-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00054.pdf>. Acesso em 04 out 2019.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 0, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100278&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100278&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm). Acesso em: 03 dez 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004. Disponível em < <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em: 03 dez 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645**, de 10 de marco de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 03 dez 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)> Acesso em 16 dez. 2019.

CARNEIRO, V. L. Q.; FIORENTINI, L. M. R. **TV na Escola e os Desafios de Hoje**. Módulo 3. 3. ed. Brasília: Seed/MEC e UniRede, 2003.

CASTILHO, Marlene da Aparecida; TONUS, Loraci Hofmann. **O Lúdico e sua Importância na Educação de Jovens e Adultos**. Synergismusscientifica UTFPR, Pato Branco, 03 (2-3), 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/viewFile/416/210>. Acesso em: 04 out 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164–176, 2005.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da pesquisa-ação**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 483–502, 2005.

FRANCO, Marielle, **Discurso para votação do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro**, s, n, Revista Forum, <https://revistaforum.com.br/politica/discurso-inedito-escrito-por-marielle-franco-e-lido-na-camara-dos-vereadores-do-rio/>. > Acesso em 03 de dez 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 43ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOMES, Edlaine de Campos; BIZARRIA, Júlio; COLLET, Célia; et al. **A Boneca Abayomi: entre retalhos, saberes e memórias**. ILUMINURAS, v. 18, n. 44, 2017.

JUSBRASIL. **TJ do Rio arquiva processo contra ator negro preso indevidamente**. Publicado em 12 de março de 2014. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/113903701/tj-do-rio-arquiva-processo-contra-ator-negro-presos-indevidamente>. Acesso em: 23 jan 2020.

LIBERATO, Ermelinda. **A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil**. Cadernos de Estudos Africanos, n. 23, p. 109–130, 2012.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 87, p. 77–95, 2010.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; MONZELI, Gustavo Artur. **Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social**. Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.3, p.937-948, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/sa\\_usoc/v22n3/27.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sa_usoc/v22n3/27.pdf). Acesso em: 04 jan. 2020.

PIASTUCH, Juliana Dias; ANDRADE, Laís Ponciano de; MARTINS, Juliane; SILVA, Ana Carolina de Araújo; FEGER, José Elmar. **O jornal mural como forma de integração e interdisciplinaridade na universidade**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Cascavel - PR – 31/05 a 02/06/2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2018/resumos/R60-0060-1.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro; KNAUT, Michelle Souza Julio; DAVID, Mônica Cristiane. **ABAYOMI NÃO É BRINQUEDO!** Eixo: Práticas para Ensino

Médio - Formação de Professores. Revista Práxis Revista eletrônica do Curso de Pedagogia, v. 3, p. s/n, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, v. 31, p. 443-466, 2005.

TJ do Rio arquiva processo contra ator negro preso indevidamente. Jusbrasil. Disponível em: <<https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/113903701/tj-do-rio-arquiva-processo-contra-ator-negro-presos-indevidamente>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.